

ACM e Arruda feriram decoro, conclui relator

Fotos José Paulo Lacerda/AE

Saturnino Braga apresenta hoje parecer sobre o caso da violação do painel do Senado

TÂNIA MONTEIRO
e RENATA GIRALDI

BRASÍLIA – No relatório que apresenta hoje às 10 horas no Conselho de Ética do Senado, Saturnino Braga (PSB-RJ) afirma que os acusados de terem ordenado a violação no painel eletrônico da Casa, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF), cometeram “falta gravíssima” quebrando o decoro parlamentar. Até sexta-feira, ele estava decidido a propor a pena de cassação, mas depois do fim de semana, abrandou o discurso, fazendo mistério em torno de sua decisão. A certeza é que encaminha à Mesa Diretora o caso, propondo abertura do processo por perda de mandato – que pelo regimento do conselho pode ser temporária ou permanente.

Ontem, predominava no Senado o clima de suspeita e temor de que o acordão supostamente articulado pelo PFL e uma ala do PMDB livrasse Arruda e ACM da cassação. O senador baiano teria atendido ao apelo do governo, retirando as assinaturas do pedido de abertura da CPI da Corrupção, em troca de livrar-se de punição.

“Sou um ser humano, não sou insensível e não sou de pedra”, disse Saturnino, ao ser indagado se estava sensibilizado com os argumentos dos acusados. “Não tenho expectativas, é a Nação que as tem”, alegou. “Se eu não apontar qualquer caminho de punição, o relatório se esvazia. Sei exatamente o caminho que vou seguir”, acrescentou, negando-se a rever o teor do documento. Pressionado por ACM, Arruda e aliados, Saturnino esforçou-se para demonstrar isenção.

Elogio – Ao perceber o sofrimento do colega, Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou que o relator fez o discurso mais enfático no período de discussão da cassação de Luiz Estevão. “Na ocasião ele disse ao então senador Ernandes Amorim, que defendeu Luiz

Estevão: ‘Ou cassamos o senador Luiz Estevão ou a credibilidade desta Casa será cassada’. A meu ver isso mostra a preocupação ética do Saturnino com a instituição e com os fatos”, ressaltou Suplicy, que ficou horas conversando com o relator.

TEBET
INSISTE EM
VOTAÇÃO
ABERTA

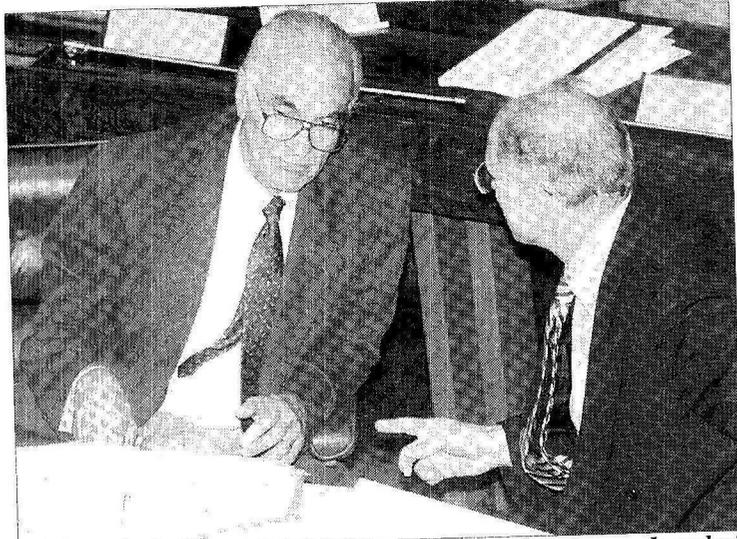
clarou indignado com a possibilidade de os acusados saírem impunes por causa do acordão.

Os defensores de ACM e Arruda trabalham para evitar que o atual conselho vote o relatório, pois temem surpresas. Paralelamente o senador Waldeck

No meio tempo, ACM tentou conversar com cada integrante do conselho, no esforço de evitar a pena máxima. “Por que você está tão raivoso?”, indagou o pefelista a um colega, que na TV se declarou

Ornélas (PFL-BA) apresenta vistas do relatório, atrasando sua votação por mais uma semana. A idéia é votar o processo apenas depois do dia 30 de junho, quando haverá nova eleição para o conselho, na qual poderiam ser indicados nomes contrários à punição.

Articulações – O dia ontem foi de articulações. De um lado, o PFL tentava convencer indecisos a apoiar ACM e Arruda. Do outro, a ala do PMDB a favor da punição e o PSDB faziam campanha pela votação aberta para evitar associações entre o processo que pode levar à cassação e a acusação de que



Saturnino (E), com Suplicy: ‘Não sou insensível e não sou de pedra’



ACM conversa com colegas: tentativa de evitar perda de mandato



Arruda: aliados preferem esperar eleição de novo conselho

o governo teria negociado com os defensores de ACM e Arruda para evitar a CPI da Corrupção. E, por via das dúvidas, o bloco de oposição prepara apresentação à Mesa do Senado propondo abertura de processo de cassação de mandato, caso o relatório não faça a sugestão.

“O voto tem de ser aberto”, afirmou o líder tucano, Sérgio Machado (CE). O novo presidente peemedebista, Maguito Vilela (GO), defendeu também a votação aberta e rechaçou o abrandamento da pena. Os pefelistas se empenham pela votação secreta a fim de convencer os quatro indecisos (do PFL, do PMDB e do PSDB) a votar a fa-

vor de ACM e Arruda. Os pefelistas estão certos de que vão garantir que a votação do relatório, prevista inicialmente para o dia 23, seja fechada.

O regimento interno do Conselho de Ética não se refere à necessidade de realizar sessão sigilosa antes de aberto o processo, o que, para o seu presidente, Ramez Tebet (PMDB-MS), é o suficiente: “Vou insistir no voto aberto.” Os defensores do voto sigiloso na primeira fase alegam que a votação aberta representará prejulgamento. “Não aceito essa argumentação”, disse Tebet. (Colaboraram Christiane Samarco e Cida Fontes, da Agência Estado)